

HIV/SIDA: AR constata redução na discriminação de doentes

Sexta, 04 Dezembro 2015



O GABINETE Parlamentar de Prevenção e Combate ao HIV/SIDA considera estar a registar-se, no país, uma redução significativa do estigma e discriminação de pessoas vivendo com o HIV como resultado do incremento de acções de aconselhamento e testagem em saúde.

Estas constatações vêm inseridas no informe que este grupo de especialidade da Assembleia da República apresentou ontem, em Maputo, ao plenário do órgão legislativo, documento que, inclusive, foi aprovado depois de calorosos debates em torno do impacto desta pandemia na vida social e económica nacional.

De acordo com o presidente deste gabinete, Saimone Macuiana, a constatação foi feita nas províncias de Tete, Manica e Sofala, onde a comissão trabalhou nos últimos meses em visitas que permitiram aos parlamentares conhecer o estágio real das acções levadas a cabo pelos sectores público e privado e a sociedade civil na prevenção e combate desta doença.

“Estas visitas permitiram verificar o incremento de acções de aconselhamento e testagem em saúde; a redução significativa do estigma e discriminação de pessoas vivendo com o HIV; aumento de pacientes em TARV; aumento de grupos de apoio à adesão comunitária e às acções de divulgação da Lei de Protecção da Pessoa, Trabalhador e do Candidato a Emprego vivendo com HIV e Sida”, afirmou Macuiana, para quem foi também constatada a redução significativa das distâncias que os doentes percorrem para obter assistência médica e medicamentosa, para além da não roptura de antirretrovirais nas unidades sanitárias.

Porém, o gabinete presidido pelo deputado da Renamo lamenta o facto de ainda existir uma fraca divulgação da lei que interdita o acesso de menores aos locais de diversão nocturna e/ou lugares similares.

Aliás, Saimone Macuiana referiu que constitui um grande desafio das autoridades governamentais, sem pôr de lado os parlamentares, a divulgação de leis e na sensibilização das

comunidades para aderirem, cada vez mais, às práticas seguras que evitam a contaminação do vírus HIV.

No que tange à situação do HIV/Sida em Moçambique, o gabinete parlamentar que trata deste assunto afirma, citando o Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação realizado em 2009 sobre a pandemia em Moçambique que o nível de prevalência é de 11,5 por cento.

Porém, o gabinete parlamentar chama a atenção para o facto de estes números não poderem, agora, reflectir a realidade, dado que os principais factores causadores de novas infecções continuam bem vivos na sociedade, nomeadamente parceiros sexuais múltiplos e concomitantes; fraca adesão ao uso correcto e consistente do preservativo; taxas consideráveis de mobilidade e migração, prevalência de relações sexuais entre pessoas de gerações diferentes e do mesmo sexo; incidência de taxas elevadas de relações transacionais e ocasionais; e prevalência de níveis baixos de circuncisão médica.

No entanto, refere o informe do Gabinete de Prevenção e Combate ao HIV da AR, no presente ano decorreu um inquérito denominado IMASIDA, cujos resultados ainda serão divulgados oportunamente, os quais ilustrarão a prevalência actualizada do HIV/SIDA e da malária em Moçambique.

Entretanto, o plenário do mais alto órgão legislativo do país decidiu adiar para segunda-feira o debate do projecto de Revisão pontual da Constituição, submetido pela bancada da Renamo com o objectivo de abrir espaço constitucional para a instalação das autarquias de nível provincial.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/47367-hiv-sida-ar-constata-reducao-na-discriminacao-de-doentes>